

Seminário sobre agitação e propaganda

APOSTILA 2
Rosa Luxemburgo

Janeiro/fevereiro de 2020

Reforma ou revolução

Rosa Luxemburgo

Parte 1

1. O método oportunista

Se é verdade que as teorias são as imagens dos fenômenos do mundo exterior refletidas no cérebro humano, é necessário acrescentar que, no concernente às teses de Bernstein, são imagens invertidas. A tese da instauração do socialismo por meio de reformas sociais – depois do abandono definitivo das reformas na Alemanha! A tese do controle da produção pelos sindicatos – depois do desastre dos construtores de máquinas ingleses! A tese de uma maioria parlamentar socialista – depois da revisão da constituição saxônica e dos atentados no Reichstag ao sufrágio universal¹. Entretanto, o essencial da teoria de Bernstein não é a sua concepção das tarefas práticas da social-democracia, o que interessa é a tendência objetiva da evolução da sociedade capitalista que decorre paralela a essa concepção. Segundo Bernstein, um desmoronamento total do capitalismo é cada vez mais improvável porque, por um lado, o sistema capitalista demonstra uma capacidade de adaptação cada vez maior e, por outro lado, a produção é cada vez mais diferenciada. Ainda na opinião de Bernstein, a capacidade de adaptação do capitalismo se manifesta primeiro no fato de já não existir crise generalizada, o que se deve à evolução do crédito das organizações patronais, das comunicações e dos serviços de informação; segundo, na tenaz sobrevivência das classes médias, resultado da diferenciação crescente dos ramos da produção e da elevação de largas camadas do proletariado ao nível das classes médias; terceiro, finalmente, melhoria econômica e política do proletariado, através da ação sindical.

Essas observações conduzem a consequências gerais para a luta prática da social-democracia que, na ótica de Bernstein, não deve visar a conquista do poder político, mas melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo não na sequência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controle social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas.

O próprio Bernstein não vê nada de novo nessas teses. Pensa, muito pelo contrário, que estão em conformidade tanto com algumas declarações de Marx e Engels quanto com a orientação geral até agora seguida pela social-democracia.

No entanto é incontestável que a teoria de Bernstein está em absoluta contradição com os princípios do socialismo científico. Se o revisionismo se limitasse à previsão de uma evolução do capitalismo muito mais lenta do que é normal atribuir a ele, poder-se-ia ape

¹ Cada Estado (*Land*) do Império Alemão tinha a sua Constituição e o seu Parlamento (*Landstag*). Depois da considerável expansão do movimento socialista e desde a abolição da lei de exceção, o Saxe instaurou um sistema eleitoral análogo ao existente na Prússia baseado nas categorias do rendimento (*dreiklassenwahl*).

inferir um espaçamento da conquista do poder pelo proletariado, o que na prática resultaria simplesmente num abrandamento da luta.

Mas não se trata disso. O que Bernstein põe em causa não é a rapidez dessa evolução, mas a evolução do capitalismo em si mesma e, por consequência, a passagem ao socialismo. Na tese socialista, na afirmação que o ponto de partida da revolução socialista será uma crise geral e catastrófica, é preciso, em minha opinião, distinguir duas coisas: a ideia fundamental e a sua forma exterior.

A ideia é, supõe-se, que o regime capitalista fará nascer de si próprio, a partir das suas contradições internas, o momento em que o seu equilíbrio será rompido, no qual se tornará propriamente impossível. Que se imaginava esse momento com a forma de uma crise comercial geral e catastrófica, havia fortes razões para o fazer, mas é, em última análise, um detalhe acessório da ideia fundamental. Com efeito, o socialismo científico se apoia, é sabido, em três dados fundamentais do capitalismo: 1) na anarquia crescente da economia capitalista que conduzirá fatalmente ao seu afundamento; 2) sobre a socialização crescente do processo de produção que cria os primeiros fundamentos positivos da ordem social futura; 3) por fim, na organização e na consciência de classe cada vez maiores do proletariado, que constituem o elemento ativo da revolução iminente.

Bernstein elimina o primeiro desses fundamentos do socialismo científico: pretende que a evolução do capitalismo não se orienta para um afundamento econômico geral. Por isso, não é uma determinada forma de desmoronamento do capitalismo que rejeita, mas o próprio desmoronamento. Escreve de forma textual:

Pode-se objetar que, quando se fala da derrocada da sociedade atual, visa-se outra coisa que não uma crise comercial geral e mais forte que as outras, a saber, um desmoronamento completo do sistema capitalista em consequência das suas contradições.

E refuta essa objeção nestes termos:

Uma derrocada completa e mais ou menos geral do sistema de produção atual é a consequência do desenvolvimento crescente, não o mais provável, mas o mais improvável, porque este aumenta, por um lado, a sua capacidade de adaptação e por outro lado – ou melhor, simultaneamente – a diferenciação da indústria. (*Neue Zeit*, 1897-1898, V, 18, p. 555).

Então, uma questão fundamental se põe: esperaremos pelo objetivo final para o qual tendem as nossas aspirações e, se sim, por que e como? Para o socialismo científico, a necessidade histórica da revolução socialista é sobretudo demonstrada pela anarquia crescente do sistema capitalista que o envolve num impasse. Mas, se se admite a hipótese de Bernstein: a evolução do capitalismo não se orienta para uma derrocada – e o socialismo deixa de ser uma necessidade objetiva. Aos fundamentos científicos do socialismo, restam os dois outros lados do sistema capitalista: a socialização do processo de produção e a consciência de classe do proletariado. Era ao que Bernstein aludia na passagem seguinte:

[Recusar a tese do desmoronamento do capitalismo] não enfraquece de modo algum a força de convicção do pensamento socialista. Porque, examinando de mais perto todos os fatores de eliminação ou de modificação das crises anteriores, constatamos que são simplesmente premissas ou mesmos germens da socialização da produção e da troca. (*Neue Zeit*, 1897-1898, V, 18, p. 554).

Num relance, percebemos a inexatidão dessas conclusões. Os fenômenos apontados por Bernstein como sinais de adaptação do capitalismo: as fusões, o crédito, o aperfeiçoamento

dos meios de comunicação, a elevação do nível de vida da classe operária, significam simplesmente isto: anulam, ou pelo menos atenuam, as contradições internas da economia capitalista; impedem que se desenvolvam e se exasperem. Assim, a desapareição das crises significa a abolição do antagonismo entre a produção e a troca numa base capitalista; assim, a elevação do nível de vida da classe operária, seja qual for, mesmo quando uma parte desses operários passa a pertencer à classe média, significa atenuação do antagonismo entre o capital e o trabalho. Se as fusões, o sistema de crédito, os sindicatos etc. anulam as contradições do capitalismo, salvando, por esse meio, o sistema capitalista da catástrofe (por isso Bernstein os chama de “fatores de adaptação”), como podem constituir, ao mesmo tempo, as “premissas ou mesmo os germens” do socialismo? É sem dúvida necessário compreender que fazem ressaltar mais nitidamente o caráter social da produção. Mas, conservando a forma capitalista, tornam supérflua a passagem dessa produção socializada à produção socialista. Assim, podem ser as premissas e os germens do socialismo no sentido teórico e não no sentido histórico do termo, fenômenos que sabemos, pela nossa concepção do socialismo, serem aparentados, mas não suficientes para o instaurar e muito menos para o tornar supérfluo. Só resta, como fundamento do socialismo, a consciência de classe do proletariado. Mas mesmo esta não reflete no plano intelectual as cada vez mais flagrantes contradições internas do capitalismo ou a eminência do seu desmoronamento, porque os “fatores de adaptação” impedem que se produza, reduzindo-se, portanto, a um ideal, cuja força de convicção repousa nas perfeições que lhe são atribuídas.

Em outras palavras: essa teoria fundamenta o socialismo num “conhecimento puro” ou, para usar uma terminologia explícita, é o fundamento idealista do socialismo. Excluindo a necessidade histórica, não deixa de enraizar-se no desenvolvimento material da sociedade. A teoria revisionista é obrigada a uma alternativa: ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como antes, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o exacerbamento das suas contradições, acabando necessariamente, um dia ou outro, na derrocada sob uma ou outra forma e, nesse caso, os “fatores de adaptação” são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os “fatores de adaptação” são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas contradições e, nesse caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, exceto o resultado do desenvolvimento material da sociedade. Esse dilema engendra outro: ou o revisionismo tem razão quanto à evolução do capitalismo – e nesse caso a transformação socialista da sociedade é uma utopia – ou o socialismo não é uma utopia e, nesse caso, a teoria dos “fatores de adaptação” perde a sua base.

That is the question: este é o problema.

[...]

3. A realização do socialismo pelas reformas sociais

Ao recusar a teoria da catástrofe, Bernstein se recusa a encarar a derrocada do capitalismo como via histórica conduzindo à realização da sociedade socialista. Qual é a via para os teóricos da “adaptação do capitalismo”? Bernstein faz apenas breves alusões a essa questão a

que Conrad Schmidt procurou responder de forma detalhada, dentro do espírito de Bernstein (ver o *Vorwärts* de 20 de Fevereiro de 1898, revista dos livros) .Na ótica de Conrad Schmidt, “a luta sindical e a luta política pelas reformas teriam como resultado um controle social cada vez mais direto sobre as condições de produção” e chegariam a “restringir cada vez mais, por meio da legislação, os direitos do proprietário do capital, reduzindo-o à condição de simples administrador” até o dia em que finalmente “levará ao capitalista, no limite da sua resistência, vendo a sua propriedade perder progressivamente o valor para si, a direção e a administração da exploração” até se introduzir, por fim, a exploração coletiva.

Em resumo, os sindicatos, as reformas sociais e, acrescenta Bernstein, a democratização política do Estado, são os meios para realizar o socialismo de forma progressiva.

[...]

O que hoje é a ação de “controle social” – a legislação operária, controle das sociedades por ações etc., – não tem, de fato, nenhuma relação com uma participação no direito de propriedade, com uma “propriedade suprema” da sociedade. A sua função não é limitar a propriedade capitalista, mas, pelo contrário, protegê-la. Ou ainda – economicamente falando – não constitui um ataque à exploração capitalista, mas uma tentativa de normalizá-la. Quando Bernstein põe a questão de saber se esta ou aquela lei de proteção operária é mais ou menos socialista, podemos responder-lhe que a melhor das leis de proteção operária tem mais ou menos tanto socialismo quanto as disposições municipais de limpeza das ruas e o acendimento dos bicos de gás – que também revelam o “controle social”.

4. A política alfandegária e o militarismo

A segunda condição necessária para a realização progressiva do socialismo, segundo Edouard Bernstein, é a transformação gradual do Estado em sociedade. É hoje um lugar comum dizer que o Estado atual é um Estado de classe. É necessário compreender essa afirmação não numa acepção absoluta e rígida, mas na acepção dialética, como tudo o que se relaciona com a sociedade capitalista.

Pela vitória política da burguesia, o Estado tornou-se um Estado capitalista. É evidente que o próprio desenvolvimento do capitalismo modificou profundamente o caráter do Estado, alargando de modo constante sua esfera de ação, impondo-lhe novas funções, particularmente no campo econômico, no qual é cada vez mais necessária sua intervenção e controle. Nesse sentido, prepara lentamente a futura fusão do Estado e da sociedade e, por assim dizer, o retomar das funções do Estado pela sociedade. Nessa ordem de ideias, pode falar-se igualmente de uma transformação progressiva do Estado capitalista em sociedade; nessa acepção é incontestável, como disse Marx, que a legislação operária é a primeira intervenção consciente da “sociedade” no processo vital social, fase a que se refere Bernstein.

Por outro lado, esse mesmo desenvolvimento do capitalismo realiza outra transformação na natureza do Estado. O Estado atual é antes de tudo uma organização da classe capitalista dominante. Sem dúvida que assume funções de interesse geral no desenvolvimento social; mas somente na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante. [...] Quando essa evolução atinge determinado nível,

os interesses de classe da burguesia e os do progresso econômico começam a cindir-se mesmo no interior do sistema de economia capitalista. Pensamos que essa fase já começou; testemunham-no dois fenômenos extremamente importantes da vida social atual: a política alfandegária e o militarismo. Esses dois fenômenos representaram, na história do capitalismo, um papel indispensável e, desse ponto de vista, progressivo, revolucionário. Sem a proteção alfandegária, o desenvolvimento da indústria pesada nos diferentes países teria sido quase impossível. Atualmente, a situação é diferente.

[...]

Assiste-se a uma evolução semelhante do militarismo. Se considerarmos a história, não como poderia ter sido ou deveria ser, mas tal como é na realidade, somos obrigados a constatar que a guerra foi um auxiliar indispensável do desenvolvimento capitalista. [...] Enquanto existiam países nos quais era preciso destruir o estado de divisão interna ou de isolamento econômico, o militarismo desempenhou um papel revolucionário do ponto de vista capitalista, mas hoje a situação é diferente. Os conflitos que ameaçam o cenário da política mundial não servem para fomentar novos mercados ao capitalismo; trata-se fundamentalmente de exportar para outros continentes os antagonismos europeus já existentes. O que se defronta hoje de armas na mão, quer se trate da Europa, quer se trate de outros continentes, não é um confronto entre países capitalistas e países de economia natural. São estados de economia capitalista avançada, levados ao conflito por identidade do seu desenvolvimento, que, na realidade, abalarão e desordenarão profundamente a economia de todos os países capitalistas. Mas a coisa aparece bastante diferente na perspectiva da classe capitalista. Para ela, o militarismo se tornou atualmente indispensável sob três aspectos: 1) serve para defender os interesses nacionais em concorrência com outros grupos nacionais; 2) constitui um campo privilegiado de investimento tanto para o capital financeiro quanto para o capital industrial; e 3) no interior, é útil para assegurar o seu domínio de classe sobre o povo trabalhador e todos os interesses que, em si, nada têm em comum com o progresso do capitalismo. [...]

Nesse conflito entre o desenvolvimento do capitalismo e os interesses da classe dominante, o Estado se alinha ao lado da última. A sua política, assim como a da burguesia, opõe-se ao desenvolvimento social. [...] o seu caráter de classe obriga-o sempre a acentuar a sua atividade coerciva nos campos que não servem o caráter de classe da burguesia e que têm para a sociedade uma importância negativa: a saber, o militarismo e a política alfandegária e colonial. [...]

Bernstein via na extensão da democracia um último processo para realizar o socialismo de forma progressiva: ora uma tal extensão, longe de se opor à transformação do caráter do Estado, tal como o temos descrito, só o confirma.

Conrad Schmidt chega mesmo a afirmar que a conquista de uma maioria socialista no Parlamento é o meio direto de realizar o socialismo por etapas. Ora, as formas democráticas da política são incontestavelmente um sinal muito óbvio da passagem do Estado para sociedade: nessa concepção existe uma etapa para a transformação socialista. Mas o caráter contraditório do Estado capitalista se manifesta de forma explosiva no parlamentarismo moderno. É evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Por outro lado, o que o parlamentarismo

representa aqui é unicamente a sociedade capitalista, ou seja, uma sociedade na qual predominam os interesses capitalistas. Por consequência, nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante. Existem provas concretas: desde que a democracia tem a tendência para negar o seu caráter de classe e para transformar-se num instrumento dos autênticos interesses do povo, as formas democráticas são sacrificadas pela burguesia e pela sua representação do Estado. Também a ideia da conquista por uma maioria parlamentar aparece como um cálculo errado: preocupando-se unicamente, à semelhança do liberalismo burguês, com o aspecto formal da democracia, descuida-se totalmente o outro aspecto, o do seu conteúdo real. E o parlamentarismo no seu todo não aparece de modo algum, como o acredita Bernstein, como um instrumento específico do estado da classe burguesa, um meio de fazer amadurecer e desenvolver as contradições capitalistas.

Ao considerar-se o desenvolvimento objetivo do Estado, tem-se consciência de que a palavra de Bernstein e de Conrad Schmidt sobre o crescente “controle social” não passa de uma fórmula oca, contradita dia a dia pela realidade.

A teoria da instauração progressiva do socialismo se reporta, finalmente, a uma forma de propriedade e do Estado capitalista evoluindo para o socialismo. Ora a propriedade e o Estado evoluem, os fatos sociais são testemunho disso, em direções totalmente opostas. O processo de produção se socializa cada vez mais, e a intervenção do controle do Estado sobre o processo de produção é cada vez maior. Mas, ao mesmo tempo, a propriedade privada tem cada vez mais a forma de exploração capitalista brutal do trabalho de outrem e o controle exercido pelo Estado é cada vez mais marcado pelos interesses de classe. Por consequência, na medida em que o Estado, ou seja, a organização política e as relações de propriedade, isto é, a organização jurídica do capitalismo, se torna cada vez mais capitalista, e não cada vez mais socialista, opõem-se à teoria da instauração progressiva do socialismo duas dificuldades intransponíveis.

Fourier inventara uma fantástica forma de transformar, pelo sistema de falanstérios, toda a água do mundo em limonada. Mas a ideia de Bernstein de transformar o mar da amargura capitalista em água doce socialista despejando no mundo garrafas da limonada reformista de forma progressiva, talvez seja menos original, mas não menos fantástica.

As relações de produção da sociedade capitalista se aproximam de forma sucessiva das relações de produção socialistas. Em contrapartida, as suas relações políticas constroem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto.

Nesse muro, nem as reformas sociais nem a democracia abrirão brechas; contribuirão, pelo contrário, para segurá-lo e consolidá-lo. Apenas um golpe revolucionário, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado, o poderá abater.

5. Consequências práticas e caráter geral do revisionismo

No primeiro capítulo, procuramos demonstrar que a teoria de Bernstein retira do programa socialista toda a base material, transportando-o para uma base idealista. Essa é a fundamentação teórica da sua doutrina – mas como aparece traduzida na prática a teoria? Começemos

por verificar que formalmente não se distinguem em nada da prática de luta social-democrata tal como tem sido realizada até hoje. Lutas sindicais, lutas pelas reformas sociais e pela democratização das instituições, constituem também o conteúdo formal da atividade do partido social-democrata. A diferença não reside no quê, mas em como. No atual estado de coisas, a luta sindical e a luta parlamentar são encaradas como meios de dirigir e educar, pouco a pouco, o proletariado para a conquista do poder político. Segundo a teoria revisionista, que considera como inútil ou impossível a conquista do poder, a luta sindical e a luta parlamentar devem unicamente ser praticadas para alcançar objetivos imediatos que visem melhorar a situação material dos operários e procurem a redução progressiva da exploração capitalista e a extensão do controlo social. Ponhamos de lado a melhoria imediata da situação dos operários, porque o objetivo é comum às duas concepções, a do partido e a do revisionismo, cuja diferença pode ser definida em poucas palavras: segundo a concepção normal, a luta política e sindical têm uma significação socialista na medida em que preparam o proletariado – que é o fator subjetivo da transformação socialista – para realizar essa transformação. Segundo Bernstein, a luta sindical e política têm por tarefa reduzir de forma progressiva a exploração capitalista, retirar de forma progressiva esse caráter capitalista da sociedade capitalista e dar a ela um caráter socialista. Em outras palavras, realizar, de forma objetiva, a transformação socialista da sociedade. Quando se examina a coisa mais de perto, percebe-se que essas duas concepções são totalmente opostas. Segundo a concepção corrente do partido, o proletariado adquire, por meio da experiência da luta sindical e política, a convicção de que é impossível transformar de forma radical sua situação por meio dessa única luta e que só o conseguirá em definitivo depois de se apropriar do poder político.

A teoria de Bernstein acredita no caráter socialista da luta sindical e parlamentar, a que atribui uma ação socializante progressiva da economia capitalista. Mas essa ação socializante só existe, como demonstraremos, na imaginação de Bernstein. As estruturas capitalistas da propriedade e do Estado evoluem em direções completamente opostas. Por esse fato, a luta cotidiana concreta da social-democracia perde, em última análise, toda a relação com o socialismo. A luta sindical e a luta política são importantes porque atuam sobre a consciência do proletariado, porque lhe dão uma consciência socialista, porque o organizam como classe. Atribuir-lhe um poder direto de socialização da economia capitalista, não é somente ir ao encontro de um fracasso nesse campo, mas ainda retirar delas qualquer outra significação: deixam de ser um meio de educar a classe operária e de a preparar para conquistar o poder.

Também Bernstein e Conrad Schmidt incorrem num contrassenso total quando, para se tranquilizarem, afirmam que, mesmo se a luta for reduzida pelas reformas sociais e pelo movimento sindical, não se abandona o objetivo último do movimento operário: cada passo dado nesse sentido não ultrapassa os seus próprios objetivos e o objetivo socialista não está presente em todo o movimento como tendência que o anima? É uma verdade insofismável que, na tática atual da social-democracia, a consciência do objetivo – a conquista do poder político – e o esforço para o atingir precedem e orientam toda a luta sindical e o movimento para as reformas. Mas se a separam dessa prévia orientação do movimento e se fazem da reforma social um objetivo autônomo, não conduzirá à realização do objetivo final. Conrad Schmidt refugia-se num movimento por assim dizer automático que, uma vez desencadeado, não pode parar por si próprio; parte da ideia muito simples de que o apetite vem com o comer

e de que a classe operária não pode contentar-se com reformas enquanto a transformação socialista da sociedade não estiver acabada. Esse último postulado é, sem dúvida, exato, e a insuficiência das reformas capitalistas provam isso. Mas a conclusão a que chega só seria verdadeira se fosse possível construir uma cadeia ininterrupta de reformas sociais cada vez mais extensas que transformariam o atual regime capitalista em regime socialista. Trata-se de uma perspectiva fantasiosa. Pela própria natureza das coisas, essa cadeia se romperia muito depressa e, a partir dessa ruptura, as vias pelas quais o movimento pode enveredar-se são múltiplas e diversas.

O resultado imediato e mais provável é uma mudança de tática visando obter, por todos os meios, os resultados práticos da luta, ou seja, as reformas sociais. A consciência de classe irreconciliável só tem sentido quando se propõe a tomada do poder; se se pretendem unicamente os objetivos práticos imediatos, o que se está realmente praticando é a sua obstrução. Rapidamente, adota-se uma “política de compensação” – leia-se uma “política de mistificação” – e uma atitude prudentemente diplomática. Mas o movimento não pode ser entravado por muito tempo. Qualquer que seja a tática utilizada, e porque as reformas sociais são e continuarão a ser, em regime capitalista, nozes ocas, a etapa seguinte será, de maneira muito lógica, a desilusão, mesmo no que concerne ao valor próprio das reformas – cair-se-á no mesmo mar podre em que se refugiaram os professores Schmoller e Cia. que, depois de terem navegado nas águas do reformismo social, acabaram por deixar andar tudo pela graça de Deus². O socialismo não sucede de forma automática nem em todas as circunstâncias da luta cotidiana da classe operária. Surgirá da agudização das contradições internas da economia capitalista e da conscientização da classe operária, que compreenderá a necessidade de as destruir por intermédio de uma revolução social. Negar umas e recusar outra, como o faz o revisionismo, acaba por transformar o movimento operário numa simples associação corporativa reformista, conduzindo-o automaticamente a abandonar a perspectiva de classe.

Essas consequências são evidentes quando se analisa o revisionismo sob outro aspecto, confrontando-o com o caráter geral dessa teoria. É evidente que o revisionismo não defende as posições capitalistas nem nega, como os economistas burgueses, as suas contradições. Pelo contrário, aceita a tese marxista da existência dessas contradições. Por outro lado – estamos no centro da sua concepção e é isso que o diferencia da teoria, até aqui em vigor no partido – não fundamenta a sua doutrina na supressão dessas contradições, que seriam a própria consequência do seu desenvolvimento interno.

A teoria revisionista se situa num lugar intermediário entre esses dois polos extremos. Não quer levar à maturidade as contradições capitalistas nem as suprimir, uma vez atingido

² Em 1872, os professores Wagner, Schmoller, Brentano etc. se reuniram num Congresso em Eisenach, no decorrer do qual proclamaram com muito ardor e força publicitária que o seu objetivo era a instauração de reformas sociais para a proteção da classe trabalhadora. Esses mesmos senhores, que o liberal Oppenheimer qualifica ironicamente de “professores universitários do socialismo”, fundaram imediatamente a Associação para as reformas sociais. Alguns anos mais tarde, no momento em que a luta contra a social-democracia se agravou, esses pioneiros do “socialismo universitário” votaram, na sua qualidade de deputados pelo Reichstag, pela manutenção da lei de exceção contra os socialistas em vigor. Para além disso, toda a atividade associativa se resume à convocação de algumas assembleias gerais, durante as quais são lidos alguns relatórios acadêmicos sobre diferentes temas. Por outro lado, a associação publicou mais de cem volumes sobre diversas questões econômicas. Mas quanto às reformas sociais, estes professores, que depois vieram a intervir a favor dos direitos protecionistas, do militarista etc., não deram um passo. Finalmente, a própria associação abandonou todo o programa de reformas sociais para se entregar com exclusividade à questão das crises, provocações etc.

o seu desenvolvimento extremo, por uma mutação revolucionária da situação, quer atenuá-las, amalgamá-las. Por isso, pretende que a contradição entre a produção e a troca será atenuada pelo fim das crises, pela formação de associações patronais: do mesmo modo que a contradição entre o capital e o trabalho será atenuada pela melhoria da situação do proletariado e pela sobrevivência das classes médias, que a contradição do Estado classista e a da sociedade, por um controle social crescente e pelo progresso da democracia.

É evidente que a tática social-democrata não consiste em esperar o ponto extremo das contradições capitalistas para que se produza uma mutação revolucionária da situação. Pelo contrário, a essência da tática revolucionária consiste em reconhecer a tendência do desenvolvimento e daí transpor as suas últimas consequências para a luta política. Por isso, por exemplo, a social-democracia sempre combateu o protecionismo e o militarismo sem esperar que o seu caráter reacionário se evidenciasse totalmente. Mas a tática de Bernstein não consiste em apoiar-se sobre a evolução e a agudização dos antagonismos, baseia-se, pelo contrário, na sua atenuação. Define a sua tática falando de uma “adaptação” da economia capitalista. Quando se verificaria uma tal concepção? Todas as contradições da sociedade atual resultam do modo de produção capitalista. Suponhamos que esse modo de produção continua a evoluir na direção atual, prosseguirá necessariamente as suas próprias consequências, as contradições continuarão a agudizar-se, a agravar-se em vez de se atenuarem. Para que a teoria de Bernstein se verificasse, seria necessário que o próprio modo de produção capitalista fosse travado no seu desenvolvimento. Em resumo, o postulado geral que a teoria de Bernstein implica é um entrave do desenvolvimento capitalista.

Por isso sua teoria se autocondena de duas maneiras. Por um lado, denuncia o seu caráter utópico em relação ao objetivo final do socialismo; é, desde o princípio, óbvio que o aprofundamento do desenvolvimento capitalista não acabará numa transformação socialista da sociedade: demonstramos antes as consequências práticas dessa teoria. Por outro lado, mistifica o seu caráter reacionário quanto ao desenvolvimento efetivo do capitalismo, que é rápido. Portanto, a questão que se levanta no presente é: demonstrada essa evolução real do capitalismo, como explicar, ou melhor, como caracterizar a teoria de Bernstein?

[...]

Em outras palavras, a teoria da adaptação de Bernstein não é mais que uma generalização teórica do ponto de vista do capitalista isolado; ora esse ponto de vista se traduz em teoria na economia burguesa vulgar. [...] Tal como faz Bernstein para o crédito, a economia vulgar ainda considera, por exemplo, o dinheiro como um engenhoso “meio de adaptação” às necessidades de troca. Procura igualmente nos próprios fenômenos capitalistas um antídoto contra os males capitalistas. Acredita, como Bernstein, na possibilidade de uma regularização da economia capitalista. Acredita nas possibilidades de atenuação das contradições capitalistas e no disfarçar das mazelas da economia capitalista; em outros termos, sua tentativa é reacionária e não revolucionária, dependente da competência da utopia.

Pode definir-se e resumir-se a teoria revisionista pelas seguintes palavras: é uma teoria do aprofundamento do socialismo, fundamentada na teoria da economia vulgar do aprofundamento do capitalismo.

Parte 2

1. O desenvolvimento econômico e o socialismo³

A maior conquista da luta da classe proletária, no decurso do seu evoluir, foi descobrir que a realização do socialismo encontra apoio nos fundamentos econômicos da sociedade capitalista. Até esse momento, o socialismo que era um “ideal”, objeto dos sonhos milenários da humanidade, tornou-se uma necessidade histórica.

Bernstein contesta a existência desses fundamentos econômicos do socialismo na sociedade atual. A sua argumentação sobre esse assunto sofreu uma evolução deveras interessante. A princípio, na *Neue Zeit*, constava simplesmente a rapidez do processo de concentração industrial e baseava-se numa comparação dos números de estatística profissional na Alemanha de 1895 e de 1882. Para poder adaptar esses resultados aos seus fins, foi obrigado a recorrer a procedimentos sumários e mecânicos. Mas, mesmo na melhor das hipóteses, Bernstein, demonstrando a sobrevivência tenaz das empresas médias, não podia enfraquecer minimamente a análise marxista. O marxismo não implica, como condição para a realização do socialismo, nem certo ritmo de concentração industrial, quer dizer um prazo determinado para a realização do objetivo final do socialismo, nem, como demonstramos, a desapareição absoluta dos pequenos capitais ou, em outras palavras, a desapareição da pequena burguesia.

[...]

2. Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política

O socialismo de Bernstein tende, já o vimos, a fazer os operários participarem na riqueza social, a transformar os pobres em ricos. Que caminho segue para chegar aí? Nos artigos publicados na *Neue Zeit* intitulados “Problemas do socialismo”, só lhe fazia breves e muito vagas alusões. Em contrapartida, no seu livro, fornece-nos todos os elementos desejáveis. O seu socialismo deve ser realizado por dois meios: pelos sindicatos ou, como diz, pela democracia econômica e pelas cooperativas. Pelos primeiros, quer suprimir o lucro industrial; pelos segundos, o lucro comercial.

[...]

Todos os setores mais importantes da produção capitalista: as indústrias têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e, por consequência, da cooperativa de produção. É por isso que, mesmo abstraindo do seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média.

³ Essa parte não se refere aos artigos, mas ao livro de Bernstein *Die Voraussetzungen des Sozialismus und der Aufgaben der Sozial-Demokratie*. As páginas que indicamos pertencem à edição alemã. (NdoT)

[...]

Quanto aos sindicatos que, na doutrina de Bernstein são o outro meio de lutar contra a exploração do capital, já demonstramos que são incapazes de impor o domínio da classe operária no processo da produção e também no referente às dimensões de produção e seus processos técnicos.

Examinemos o aspecto puramente econômico do problema, ao que Bernstein chama “a luta do salário contra o lucro”. Essa luta não se processa em abstrato, num espaço imaterial, mas no bem determinado quadro de leis dos salários que não pode destruir, mas somente realizar. Isso surge com nitidez quando se examina o problema sob outra face e quando se traçam as coordenadas da questão da autêntica intervenção dos sindicatos. Bernstein atribui aos sindicatos uma missão particular na luta pela emancipação da classe operária: são eles que devem travar a luta contra a taxa de lucro industrial, transformando-a de forma progressiva em taxa de salário; ora os sindicatos não têm nenhum poder real para poderem iniciar uma política de ofensiva econômica contra o lucro porque, na verdade, não passam de uma defesa organizada pela força do trabalho contra os ataques do lucro, expressão da resistência da classe operária contra a tendência opressiva da economia capitalista. E isso por duas razões:

1) Os sindicatos têm por tarefa organizar-se no mercado da força do trabalho; mas a organização é constantemente ultrapassada pelo processo de proletarização das classes médias que trazem permanentemente para o mercado de trabalho novas recrutas.

2) Os sindicatos se propõem a melhorar as condições de existência, aumentar a parte de riqueza social que vai para a classe operária; mas essa parte é constantemente reduzida, com a fatalidade de um fenômeno natural, pelo crescimento da produtividade do trabalho. Para nos apercebermos disso, não é necessário ser marxista, é suficiente ter tido uma vez nas mãos o livro de Rodbertus intitulado: *Zur Beleuchtung der Sozialen Frage (Para esclarecer a questão social)*. Devido a esses fatores objetivos, que são a realidade da sociedade capitalista, as duas funções essenciais do sindicalismo se transformam profundamente e a luta sindical é um autêntico trabalho de Sísifo. Esse trabalho de Sísifo é indispensável, se se quer que o operário receba a taxa de salário que lhe vem da situação conjuntural do mercado, que a lei capitalista se realize e que a tendência depressiva do desenvolvimento econômico seja travada ou, mais exatamente, atenuada no seu efeito. Mas querer que os sindicatos consigam reduzir progressivamente o lucro em proveito do salário implica:

a) que cesse a proletarização das classes médias e o crescimento numérico da população operária;

b) que a produtividade do trabalho deixe de aumentar; no caso de essas condições sociais serem realizadas, tratar-se-ia ainda aqui – tal como para a economia cooperativa de consumo – de um retorno a uma economia anterior ao capitalismo.

Os dois meios com que Bernstein pretendia realizar a reforma socialista, a saber, cooperativas e sindicatos, revelam-se totalmente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Bernstein tinha a consciência disso mais ou menos definida, mas encarava-os como meios de reduzir o lucro capitalista e de enriquecer os operários, o que equivalia a renunciar à luta contra o modo de produção capitalista e orientar o movimento socialista

numa luta contra o modo de repartição capitalista. O próprio Bernstein definiu por várias vezes o seu socialismo como uma tentativa para introduzir um modo de repartição “justa”, “mais justa” (p. 51 do seu livro) e mesmo “ainda mais justa” (*Vorwärts*, 26 de março de 1899).

É verdade que o ferrão que atrai para o movimento socialista as massas populares é o modo de repartição “injusta” do regime capitalista. Lutando pela socialização de toda a economia, a social-democracia testemunha, de forma simultânea, a sua aspiração natural e o desejo de uma repartição “justa” da riqueza social. Mas aprendemos com Marx que o modo de repartição de uma determinada época é a consequência natural do modo de produção dessa época: por consequência, a social-democracia intensifica a sua luta não contra o sistema de repartição no quadro da produção capitalista, mas visa suprimir a própria produção mercantil capitalista. Em suma, a social-democracia quer estabelecer um modo de repartição socialista suprimindo o modo de produção capitalista, enquanto o método de Bernstein consiste, pelo contrário, em combater o modo de repartição capitalista na esperança de conseguir estabelecer de forma progressiva, por esse mesmo meio, um modo de produção socialista.

Em que Bernstein fundamenta a reforma socialista? Em algumas das tendências determinadas da produção capitalista? Não, porque: 1) nega essas tendências; e 2) conforme sabemos pelo que precede, encara a transformação socialista da produção como a consequência de uma transformação da repartição e não o inverso. Os fundamentos do socialismo de Bernstein não são de ordem econômica. Depois de ter invertido por completo a relação entre o objetivo e os meios do socialismo, depois de ter destruído esse fundamento econômico, não pode dar ao seu programa um fundamento imperialista, é obrigado a recorrer ao idealismo.

“Para quê fazer derivar o socialismo da opressão econômica?”, escreve. “Para quê degradar a inteligência, o sentido da justiça, a vontade humana?” (*Vorwärts*, 26 de março de 1899). Bernstein pretende que a mais justa repartição que deseja seja realizada não por uma necessidade econômica opressiva, mas pela livre vontade do homem, ou melhor, porque a vontade não passa de um instrumento, pela consciência da injustiça através da ideia de justiça.

Voltamos, pois, ao princípio da justiça, há milênios velho cavalo de batalha no qual cavalgam os reformadores de todo o mundo, na falta de melhores meios históricos para o progresso, voltamos a esse Rocinante estafado no qual todos os D. Quixotes da história galoparam para a grande reforma do mundo, voltando perplexos e de orelhas caídas.

É este o socialismo de Bernstein, cujo fundamento social são as relações entre os ricos e os pobres, cujo conteúdo é o princípio das cooperativas, cujo objetivo é uma “repartição mais justa” e cuja legitimação histórica é a ideia de justiça. [...]

Tal como os sindicatos e as cooperativas constituem o seu fundamento econômico, o postulado político da teoria revisionista é o desenvolvimento crescente da democracia. [...] Para ele, a democracia é, como para os teóricos burgueses do liberalismo, a lei fundamental da evolução histórica geral, para cuja realização devem tender todas as forças ativas da vida política. Ora, nessa formulação absoluta, tal juízo é falso. [...] Se se examinar em pormenor a evolução da democracia na história e simultaneamente a história política do capitalismo, chega-se a uma conclusão diferente.

Encontramos a democracia nas mais diversas estruturas sociais: nas sociedades comunistas primitivas, nos estados escravagistas da antiguidade, nas comunas da Idade Média. Do mesmo modo, encontramos o absolutismo e a monarquia constitucional nos mais diversos regimes econômicos. Por outro lado, o capitalismo, desde as suas origens, no estágio da produção mercantil, fez nascer uma constituição democrática nas principais comunas da Idade Média; mais tarde, na sua forma mais evoluída, no período da produção manufaturada, encontrou na monarquia absoluta a forma política correspondente. Por fim, no estágio da economia industrial desenvolvida, produziu necessariamente, na França, a república democrática (1793), a monarquia absoluta de Napoleão I, a monarquia nobiliária da época da Restauração (1815-1830), a monarquia constitucional burguesa de Luís Filipe, de novo a república democrática, uma vez mais a monarquia de Napoleão III e, finalmente, pela terceira vez, a república. Na Alemanha, a única instituição verdadeiramente democrática, o sufrágio universal, não é uma conquista do liberalismo burguês, mas um instrumento que satisfaz, paralelamente, uma monarquia constitucional e semifeudal. Na Rússia, o capitalismo prosperou durante muito tempo sob o regime do absolutismo oriental sem que a burguesia tivesse manifestado o mínimo desejo de ver instaurada a democracia. Na Áustria, o sufrágio universal apareceu sobretudo como um meio de salvar a monarquia em decomposição. Na Bélgica, a conquista democrática do movimento operário, o sufrágio universal, é um resultado da fraqueza do militarismo e consequência da situação geográfica e política particular da Bélgica, e sobretudo esse “bocado de democracia”, foi conquistado, não pela burguesia, mas contra ela.

O desenvolvimento ininterrupto da democracia, que o revisionismo, à maneira do liberalismo burguês, considera a lei fundamental da história humana ou pelo menos da história moderna, revela-se, quando bem examinado, uma miragem. [...]

Devemos renunciar à formulação de uma lei histórica universal do desenvolvimento da democracia, mesmo no quadro da sociedade moderna: se olharmos para a fase atual da história burguesa, também constatamos, na situação política, a existência de fatores que saem do esquema de Bernstein e conduzem, pelo contrário, ao abandono das conquistas obtidas pela sociedade burguesa.

Por um lado, as instituições democráticas – é um fato importante – chegaram ao fim da sua intervenção no desenvolvimento da sociedade burguesa. Na medida em que ajudaram a unificar os pequenos estados e contribuíram para a criação de grandes estados modernos (Alemanha, Itália), esgotaram a sua utilidade. Entretanto, o desenvolvimento econômico acabou a obra de coesão interna dos Estados.

Pode-se fazer observações sobre toda a máquina política e administrativa do Estado, passando de um organismo feudal a um mecanismo capitalista. Essa transformação historicamente inseparável do desenvolvimento da democracia está hoje tão completamente terminada que os componentes puramente democráticos da sociedade, o sufrágio universal, o regime republicano, podem ser suprimidos sem que a administração, as finanças, a organização militar pudessem retornar às formas anteriores à Revolução de Março de 1848, na Alemanha.

Constata-se que o liberalismo se torna inútil para a sociedade burguesa, chegando mesmo a entravar o seu desenvolvimento. É necessário mencionar dois fatores que dominam

toda a vida política dos Estados atuais: a política mundial e o movimento operário – um e outro são aspectos diferentes da fase atual do capitalismo.

Devido ao desenvolvimento da economia mundial, ao agravamento e generalização da concorrência no mercado mundial, o militarismo e as forças navais, instrumentos da política mundial, tornam-se um fator decisivo na vida interna e externa dos grandes Estados. No entanto, se a política mundial e o militarismo representam uma tendência ascendente da fase atual, do capitalismo, a democracia burguesa deve entrar, logicamente, na sua fase descendente. [...] Na Alemanha, a era dos grandes armamentos, que data de 1893, e a política mundial iniciada pela tomada de Kiao-Tchou, encontrou compensação em dois sacrifícios pagos pela democracia-burguesa: a decomposição do liberalismo e a passagem do Partido do Centro para a oposição. As últimas eleições para o Reichstag, em 1907⁴, que se desenrolaram sob o signo da política colonial alemã, marcam o enterro histórico do liberalismo alemão.

[...]

A política exterior atira a burguesia para os braços da reação – mas a política interna também a empurra através da ascensão da classe operária. Bernstein reconhece-o: para ele a história dos fantasmas da social-democracia, ou seja, a orientação socialista da luta operária é responsável pela traição da burguesia liberal. Aconselha o operariado, para recuperar o liberalismo assustado e afastá-lo do redil da reação onde se refugiou, a abandonar o objetivo último do socialismo. Fazendo do abandono do socialismo uma condição primeira das premissas sociais da democracia burguesa, demonstra de forma nítida e simultânea que a democracia contradiz a atual orientação interna da evolução social e que o movimento operário é uma resultante direta dessa orientação.

Mas ainda prova outra coisa: pretende que a condição essencial de uma ressurreição da democracia burguesa é o abandono, pela classe operária, do seu objetivo fundamental; e por isso mesmo demonstra pelo inverso a falsidade da sua afirmação segundo a qual a democracia burguesa é condição indispensável do movimento e da vitória socialista. Aqui, a argumentação de Bernstein entra num círculo vicioso: a sua conclusão nega as próprias premissas.

Para sair desse círculo vicioso, é suficiente reconhecer a quem o liberalismo burguês vendeu a alma, assustado pela evolução do movimento operário; concluir-se-á que o movimento operário socialista é, atualmente, o único sustentáculo da democracia, não existindo nenhum outro. Verificar-se-á, então, que não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas, pelo contrário, é a democracia que se encontra ligada ao movimento socialista. Verificar-se-á que as oportunidades da democracia não se ligam à renúncia da classe operária à luta pela sua emancipação, mas, pelo contrário, ao fato de o movimento socialista ser suficientemente forte para combater as consequências reacionárias da política mundial e da traição da burguesia.

⁴ As eleições para o Reichstag de Janeiro de 1907 foram designadas por “eleições dos Hottentots”: tiveram lugar no fim das sangrentas guerras coloniais contra os Héreros e os Hottentots e foram marcadas por certo retrocesso da social-democracia, que perdeu um grande número de lugares. A propaganda governamental conseguiu, no decorrer da campanha eleitoral, promover a união dos partidos burgueses e conservadores contra o SPD. (NdoT)

Quem desejar o reforço da democracia desejará o reforço e não o enfraquecimento do movimento socialista; renunciar à luta pelo socialismo é renunciar simultaneamente ao movimento operário e à própria democracia.

3. A conquista do poder político

A sorte da democracia está ligada, já o verificamos, à sorte do movimento operário. Mas a evolução da democracia terá tornado supérflua ou impossível uma revolução proletária visando a conquista do poder do Estado, a conquista do poder político?

Bernstein resolve este problema sopesando cuidadosamente os aspectos negativos da reforma legal e da revolução, mais ou menos como se estivesse a pesar pimenta ou canela numa cooperativa de consumo. No caminho legal, vê a ação da razão, no revolucionário, a do sentimento, no trabalho reformista, um método lento, na revolução, um método rápido de progresso histórico; na legalidade, uma força metódica, na insurreição, uma violência espontânea.

É de fato por demais conhecido que o reformador pequeno-burguês vê em tudo um lado “bom” e um lado “mau” e que anda por todos os caminhos. É também um fato bem conhecido que o curso real da história não se inquieta absolutamente nada com as combinações pequeno-burguesas e deita abaixo os andaimes bem construídos e os seus melhores cálculos, sem considerar os “lados bons” das coisas, tão bem escolhidos na mistura.

De fato, na história, a reforma legal ou a revolução põem-se em marcha por motivos mais poderosos que o cálculo das vantagens ou dos inconvenientes comparados entre os dois métodos.

Na história da sociedade burguesa, a reforma legal teve por efeito reforçar a classe ascendente de forma progressiva até se sentir forte o suficiente para tomar o poder político, deitar abaixo o sistema jurídico e construir um novo. Bernstein, condena os métodos de conquista do poder político, censurando-os por retomarem as teorias blanquistas da violência, contribuição prejudicial do blanquismo ao que, desde há anos, é o eixo e a força motriz, da história humana. Desde que existem sociedades classistas e que a luta de classes constitui o motor essencial da história, a conquista do poder político foi sempre o objetivo de todas as classes ascendentes, assim como ponto de origem e ponto final de todo o período histórico. É o que constatamos nas longas lutas dos camponeses contra os financeiros e a nobreza na antiga Roma, nas lutas entre a nobreza e o clero e artesãos contra fidalgos na Idade Média, tal como da burguesia contra o feudalismo nos tempos modernos.

A reforma legal e a revolução não são métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher à vontade como se se escolhessem salsichas ou carnes frias para almoçar, mas fatores diferentes da evolução da sociedade classista, que se condicionam e completam reciprocamente, excluindo-se, como, por exemplo, o polo Norte e o polo Sul, a burguesia e o proletariado.

Em cada época, a constituição legal é um simples resultado da revolução. Se a revolução é ato de criação política na história de classe, a legislação é a expressão, no plano político, da

existência vegetativa e contínua da sociedade. O trabalho legal das reformas não tem nenhuma forma motriz própria, independente da revolução; só se realizará em cada período histórico na direção que lhe foi impulsionada pela última revolução, e também durante o período de tempo em que essa impulsão se continuar a fazer sentir ou, para falar concretamente, exclusivamente no quadro da forma social originada pela última revolução. Estamos agora no centro do problema.

É inexato e contrário à verdade histórica apresentar-se o trabalho de reforma como uma revolução diluída no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo; todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político, reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico.

Quem se pronuncie a favor da reforma legal, em vez do encontro do poder político e da revolução social, na realidade não escolhe uma via mais agradável, mais lenta e segura, conduzindo ao mesmo fim; mas tem um objetivo diferente; em vez de procurar edificar uma sociedade nova, contenta-se com modificações sociais da sociedade anterior. Assim, as teses políticas do revisionismo conduzem à mesma conclusão que as suas teorias econômicas. Na essência, não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo, não procuram abolir o sistema do salariado, mas dosear ou atenuar a exploração, numa palavra: querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo.

No entanto, o que acabamos de dizer das funções da reforma legal e da revolução não será unicamente válido para uma luta de classes passada?

Será tarefa da reforma legal, devido à evolução do sistema jurídico burguês, fazer passar a sociedade de uma fase histórica a outra? A conquista do poder do Estado pelo proletariado, não se terá tornado uma “frase vazia de sentido”, como pretende Bernstein?

O contrário é que é verdade. O que distingue a sociedade burguesa das outras sociedades classistas, da sociedade antiga e da sociedade feudal? É o fato de o domínio de classe não repousar nos “direitos adquiridos” mas em verdadeiras relações econômicas, no facto do salariado não ser uma relação jurídica mas uma relação puramente econômica. Não se encontrará em todo o atual sistema jurídico nenhum estatuto legal de dominação de classe. Se existem traços, são sobrevivências da sociedade feudal, tal como o regulamento do estatuto da criadagem.

Então, como suprimir progressivamente a escravatura do salariado “pela via legal”, se não se traduz em leis? Bernstein que pretende, por intermédio da reforma legal, abolir o capitalismo, encontra-se na mesma situação do polícia russo de Ouspenski, que contava assim a sua aventura: “Rapidamente apanhei o brincalhão pelo colarinho! Mas que vejo? O miserável não tinha colarinho!” Eis o problema...

“Todas as sociedades anteriores se baseavam no antagonismo entre a classe opressora e a classe oprimida” (*Manifesto Comunista*). Mas, nas precedentes fases da sociedade moderna, esse antagonismo traduzia-se em relações jurídicas bem determinadas; por esse fato, podia permitir, de certa maneira, um lugar para as novas relações no quadro das antigas.

“Mesmo no apogeu da servidão, o servo era elevado à categoria de membro da comuna” (*Manifesto Comunista*). Como isso era possível? Pela progressiva supressão de todos os privilégios no domínio do território: dias de trabalho gratuito, direito de vestuário, taxas sobre herança, direito do melhor catel (direito que tinham os senhores de, pela morte do vassalo, escolher o melhor dos móveis do defunto), imposto pessoal, obrigar ao casamento, direitos de sucessão etc., cujo conjunto constituía precisamente a servidão.

Mas, dessa maneira, o pequeno-burguês da Idade Média, conseguia igualmente “sob o jugo do absolutismo feudal, elevar-se à categoria de burguês” (*Manifesto Comunista*). Por que meios? Pela abolição parcial e formal ou pelo afrouxamento efetivo dos elos corporativos, pela transformação progressiva da administração das finanças e do exército.

Se se considera o problema em absoluto e não numa perspectiva histórica, pode-se, pelo menos, imaginar no quadro das antigas relações de classe, uma via legal, reformista, de passagem da sociedade feudal à sociedade burguesa. Na realidade demonstra-se que aí não foram as reformas legais que tornaram inútil a tomada do poder político pela burguesia, pelo contrário serviram para a preparar e para a introduzir. Em regra, foi necessária uma revolução política e social para abolir a servidão e para suprimir o feudalismo. Hoje a situação é outra. Nenhuma lei obriga o proletariado a submeter-se ao jugo do capital, é a miséria e a falta de meios de produção que o constroem. Mas nenhuma lei do mundo pode dar-lhe esses meios de produção no quadro da sociedade burguesa, porque não foi uma lei, mas o desenvolvimento econômico que o desapossou desses meios de produção.

Igualmente a exploração no interior do sistema salarial não se baseou em nenhuma lei, porque o nível dos salários não foi fixado por via jurídica, dependendo dos fatores econômicos. O próprio fato de a exploração não ter tido por origem uma disposição legal, tem um fundamento puramente econômico, a saber, a força do trabalho é equivalente à situação da mercadoria, e mesmo mais que o valor consumido pelo operário para a sua subsistência.

Numa palavra, é impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as da dominação de uma coisa por outra, com as reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês; essas relações não são produto de uma legislação burguesa, não se encontram traduzidas em leis. Bernstein aparentemente ignora-o, pois propõe uma “reforma socialista”, mas reconhece-o de forma implícita, quando escreve na página 10 do seu livro que o “motivo econômico mascara hoje, tanto quanto antigamente era mascarada, toda a espécie de relações de dominação e de ideologia”.

Isso não é tudo. O regime capitalista tem uma característica particular; todos os elementos da sociedade futura, ao progredirem, em vez de se orientarem para o socialismo, pelo contrário, afastam-se. A produção tem um caráter cada vez mais social. Mas que caráter social? Ganha a forma de grande empresa, da sociedade por ações, da concentração, no seio das quais os antagonismos capitalistas, a exploração, a opressão da força do trabalho, se exasperam em extremo.

No exército, a evolução do capitalismo conduz à extensão do serviço militar obrigatório, à redução em tempo desse serviço; parece que se tende para um sistema de milícia popular. Mas essa evolução efetiva-se dentro do militarismo moderno; a dominação do povo pelo Estado militarista manifesta-se de forma explícita, assim como a índole de classe do Estado.

No campo da política, a evolução do sistema conduz, se o terreno é favorável, à democracia, à participação de todas as camadas da população na vida política, orientando-se, de qualquer maneira, para um “Estado popular”, mas, dentro da situação do parlamentarismo burguês, na qual os antagonismos de classe, muito longe de se resolverem, aparecem à luz do dia. A evolução do capitalismo oscila entre as contradições. Para libertar o núcleo socialista da ganga capitalista, é preciso que o proletariado conquiste o poder político e que o sistema capitalista seja totalmente destruído.

Dessas constatações, Bernstein conclui coisas totalmente diferentes, se é verdade que a evolução do capitalismo deve exasperar e não atenuar as contradições capitalistas. Então, a “social-democracia deveria”, acreditando nisso, “não tornar a sua tarefa mais difícil, travando o caminho às reformas sociais e impedindo a extensão das instituições democratas” (p. 71). O que seria correto, se a social-democracia tivesse a preocupação pequeno-burguesa de escolher cuidadosamente os bons e os maus lados da história. Nesse caso, deveria, para ser consequente, “barrar o caminho”, a todo o capitalismo porque é o terrível criminoso que põe obstáculos ao socialismo. De fato, o capitalismo, pondo obstáculos ao socialismo, oferece-lhe as únicas possibilidades de realizar o programa socialista. Isso é igualmente válido para a democracia. A democracia é talvez inútil ou menos inquietante para a burguesia atual. Para a classe operária é necessária, digamos mesmo indispensável.

É necessária porque criou as formas políticas (autoadministração, direito de voto etc.) que servirão ao proletariado como trampolim e sustentáculo na sua luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa. Mas também é indispensável, porque é lutando pela democracia e exercendo os seus direitos que o proletariado terá consciência dos seus interesses de classe e das suas tarefas históricas.

Em suma, a democracia é indispensável, não porque torne inútil a conquista do poder político pelo proletariado; pelo contrário, torna necessária e simultaneamente possível a conquista desse poder. Quando Engels, no prefácio à Luta de Classes em França, revia a tática do movimento operário moderno, opondo as barricadas à luta legal, não apontava – e cada linha do prefácio demonstra-o – ao problema da conquista do poder político, mas à luta quotidiana do momento. Não analisava a atitude do proletariado frente ao Estado capitalista no momento da conquista do poder, mas a sua atitude no interior do Estado capitalista. Em resumo, Engels dava diretrizes ao proletariado oprimido e não ao proletariado vitorioso.

Em contrapartida, a célebre frase de Marx sobre a questão agrária na Inglaterra, de que Bernstein se serve como argumento – “regular-se-ia mais facilmente comprando os senhores da terra” – essa frase não se relaciona com a atitude do proletariado antes, mas depois da sua vitória. Porque só se pode falar em comprar as classes dominantes quando a classe operária está no poder. O que Marx encarava era o exercício pacífico da ditadura do proletariado e não a substituição da ditadura pelas reformas sociais capitalistas.

Marx e Engels nunca puseram em dúvida a necessidade da conquista do poder político pelo proletariado. Estava reservado para Bernstein considerar o pântano do parlamentarismo burguês como o instrumento chamado a realizar a transformação social mais formidável da história, quer dizer, a transformação das estruturas capitalistas em estruturas socialistas.

Expondo a sua teoria, Bernstein começa por exprimir simplesmente o receio de que o proletariado conquistasse excessivamente cedo o poder. Se isso acontecesse, uma tal ação, segundo Bernstein, conduziria a deixar a sociedade burguesa na situação em que está, e o proletariado sofreria uma terrível derrota. Esse receio mostra ao que se confina praticamente, a teoria de Bernstein: a aconselhar o proletariado, no caso das circunstâncias o levarem ao poder, a ir-se deitar. Mas, mesmo aí, essa teoria julga-se a si própria, revela-se como uma doutrina condenando o proletariado, nos momentos decisivos da luta, à inação, a uma traição passiva da sua própria causa.

Se o nosso programa não pode ser aplicável a todas as eventualidades ou a todos os momentos da luta, não passa de um mísero bocado de papel. Formulação global da evolução histórica do capitalismo, o nosso programa deve descrever, igualmente, nas suas linhas fundamentais, todas as fases transitórias dessa evolução e orientar em cada instante a atitude do proletariado na sua marcha para o socialismo. Pode-se concluir que não existe nenhuma circunstância em que o proletariado seja obrigado a abandonar o seu programa ou a ser abandonado por ele.

Concretamente isso quer dizer que não existe nenhum momento em que o proletariado, levado pelas circunstâncias ao poder, não possa, ou não esteja preparado para tomar certas medidas visando realizar o seu programa, medidas de transição para o socialismo. Afirmar que o programa socialista se pode revelar impotente numa fase qualquer da conquista do poder e incapaz de dar as diretivas para a sua realização, é repetir a afirmação de que o programa socialista é, de um modo geral e sempre, irrealizável.

Mas se as medidas transitórias são prematuras?

Esta objeção revela uma série de mal-entendidos quanto à natureza real e ao desenrolar de uma revolução social. Primeiro mal-entendido: a conquista do poder político pelo proletariado, quer dizer, a grande classe popular, não se faz artificialmente. Exceto em casos excepcionais – como a Comuna de Paris, na qual o proletariado não obteve o poder no fim de uma luta consciente, mas o poder lhe coube como herança que ninguém queria – a conquista do poder político implica uma situação política e econômica que atingiu um determinado grau de maturidade. É esta a diferença básica entre os golpes de Estado, no estilo blanquista, levados a efeito por uma minoria atuante, desencadeados num momento qualquer e, de fato, sempre inoportunos, e a conquista do poder político pela grande massa popular consciente; uma tal conquista só pode ser o produto da decomposição da sociedade burguesa, contém em si própria a justificação econômica e política da sua oportunidade.

Se se considerarem as condições sociais da conquista do poder, a revolução só se pode produzir prematuramente, só é prematura exclusivamente em função das consequências políticas quando se trata de conservar o poder.

A revolução prematura, espectro que povoa as noites de Bernstein, ameaçadora como a espada de Dâmocles, não pode ser esconjurada por nenhuma oração, nenhuma súplica, todas as angústias e transes são impotentes. E isso por duas razões muito simples.

Em primeiro lugar uma mutação tão formidável como a passagem da sociedade capitalista para sociedade socialista não se pode produzir de um salto, por um golpe feliz do proletariado. Imaginá-lo é fornecer mais uma vez provas de concepções decididamente blanquistas. A revolução socialista implica uma luta longa, sustentada com obstinação no decorrer da qual e, muito provavelmente, por mais de uma vez, o proletariado ficará em desvantagem. Se olhar o resultado final da luta global, o seu primeiro ataque terá sido prematuro: teria chegado cedo demais ao poder.

Ora – e este é o segundo ponto – essa conquista “prematura” do poder político é inevitável, porque esses ataques prematuros do proletariado são um fator muito importante da criação de condições políticas para a vitória definitiva; na realidade, é durante a crise política que acompanha a conquista do poder, durante longas e obstinadas lutas, que o proletariado adquirirá o grau de maturidade política que lhe permita obter a vitória definitiva da revolução. Assim esses assaltos “prematuros” do proletariado ao poder do Estado são, em si mesmos, fatores históricos importantes, que contribuem para provocar e determinar o momento da vitória definitiva. Nessa perspectiva, a ideia de uma conquista “prematura” do poder político pelos trabalhadores é um contrassenso que deriva de uma concepção mecânica da evolução da sociedade; uma tal concepção pressupõe para a vitória da luta de classes um momento fixo fora e independentemente da luta de classes.

Ora já vimos que o proletariado não pode fazer outra coisa além de apoderar-se “prematuramente” do poder político, ou por outras palavras, só o pode conquistar uma ou várias vezes mais cedo para o conseguir conquistar definitivamente; por esse fato, opor-se a uma conquista “prematura” do poder, resulta no opor-se, em geral, à aspiração de conquista do poder do Estado, pelo proletariado.

Todos os caminhos levam a Roma: chegamos logicamente, e mais uma vez, a esta conclusão: o conselho revisionista para se abandonar o objetivo final socialista é o abandono do movimento socialista no todo.

4. A derrocada

Ao rever o programa socialista, Bernstein começa por abandonar a teoria do desmoronamento do capitalismo. Ora essa teoria é a pedra de fecho do socialismo científico. Rejeitando-a, Bernstein provoca necessariamente o desabamento de toda a sua concepção socialista. Ao longo da discussão, é obrigado, para sustentar a sua afirmação inicial, a abandonar sucessivamente, uma após outra, as posições socialistas.

Sem a derrocada do capitalismo, a expropriação do capitalismo é impossível. Bernstein renuncia a essa expropriação e coloca como objetivo do movimento operário a realização progressiva do “princípio cooperativo”. Mas o sistema cooperativo só pode ser realizado no interior de um regime capitalista. Bernstein renuncia à socialização da produção e contenta-se em propor a reforma do comércio, o desenvolvimento das cooperativas de consumo.

Mas a transformação da sociedade por meio das cooperativas de consumo, mesmo com o apoio dos sindicatos, é incompatível com o desenvolvimento natural e efetivo da sociedade capitalista. Bernstein renuncia, portanto, à concepção materialista da história.

Mas a sua própria concepção do desenvolvimento econômico é incompatível com a teoria marxista da mais-valia. É por isso que Bernstein abandona a teoria marxista do valor e da mais-valia e, simultaneamente, toda a doutrina econômica de Marx.

Não pode haver luta proletária de classes sem um objetivo final determinado e sem base econômica na sociedade atual. Bernstein abandona a luta de classes e prega a reconciliação com o liberalismo burguês.

Entretanto, numa sociedade de classes uma tal reconciliação é um fenômeno natural e inevitável; Bernstein contesta, por fim, a própria existência de classes na nossa sociedade: [...]

Depois de ter dito o A, Bernstein é, lógica e conseqüentemente, levado a recitar todo o alfabeto. Começou por abandonar o objetivo final do movimento. Mas, como na prática não pode haver movimento socialista sem finalidade socialista, é obrigado a renunciar ao próprio movimento.

Toda a doutrina socialista de Bernstein se desmorona dessa maneira. [...]

Com efeito, Bernstein não quer ouvir falar numa “ciência de partido” ou, mais precisamente, de uma ciência de classe, de um liberalismo de classe ou de uma moral de classe. Julga representar uma ciência abstrata, universal, humana, um liberalismo abstrato, uma moral abstrata.

Mas a sociedade real compõe-se de classes com interesses, aspirações, concepções diametralmente opostas a de uma ciência humana universal no campo social. Um liberalismo abstrato, uma moral abstrata são a consequência da fantasia e da utopia pura. O que Bernstein julga ser a sua ciência, a sua democracia, a sua moral universal, tão impregnada de humanismo, é simplesmente a moral da classe dominante, quer dizer, a ciência, a democracia e a moral burguesas.

Na realidade, negar o sistema econômico marxista e converter-se às doutrinas de Bernstein, Boehm, Jevons, Say, Julius Wolff, não será trocar a base científica da emancipação da classe operária pela apologética da burguesia? Evocando o caráter universalmente humano do liberalismo, degradando o socialismo até o transformar numa caricatura, Bernstein retira ao socialismo o seu caráter de classe, o seu conteúdo histórico, em resumo, todo o seu conteúdo; inversamente, faz da burguesia campeã do liberalismo na história, a representante do interesse universalmente humano.

Bernstein condena a excessiva importância atribuída “aos fatores materiais” considerados como forças todas-poderosas da evolução, guerreia o “desprezo pelo ideal” da social-democracia; institui-se campeão do idealismo, da moral, enquanto, simultaneamente, se ergue contra a única fonte de conhecimentos morais para o proletariado, a luta de classes revolucionária; fazendo-o, acaba por pregar para as classes operárias o que é a quintessência da moral burguesa, a reconciliação com a ordem estabelecida e a transposição da esperança para a lei do universo moral. Por fim, reservando os ataques mais violentos contra a dialética, não estará a visar o modo de pensar específico do proletariado consciente, lutando pelas suas aspirações? Não será a dialética o instrumento que deve ajudar o proletariado a sair das trevas onde mergulha o seu futuro histórico, a arma intelectual que permite ao proletariado,

ainda sob o jugo material da burguesia, triunfar, convencê-la de que está condenada a morrer, a provar-lhe a certeza infalível da sua vitória? Esta arma não terá desempenhado a sua obrigação no âmbito do espírito da revolução? Bernstein, abandonando a dialética, entrega-se ao jogo intelectual menor das fórmulas equilibradas tais como “sim, mas”, “por um lado, por outro lado”, “ainda que, contudo”, “mais ou menos”, adota, logicamente, o modo de pensar histórico da burguesia decadente, modo de pensar que reflete fielmente a sua existência social e a sua ação política. O jogo menor do equilíbrio político traduzido por fórmulas: “por um lado, por outro lado”, “sim, mas”, preciosas para a burguesia atual, encontra o seu fiel reflexo no modo de pensar de Bernstein; e o modo de pensar de Bernstein é o mais sensível e seguro sintoma da sua ideologia burguesa. Mas, para Bernstein, o termo burguês já não designa uma classe; é um conceito social universal. O que significa simplesmente – lógico até às suas últimas consequências, até ao último ponto colocado sobre o último i – que, abandonando a ciência, a política e o modo de pensar do proletariado, abandona igualmente a linguagem histórica do proletariado pela da burguesia. Porque por Bürger (burguês e cidadão) Bernstein entende sem diferenciações, burguês e proletário, homem em geral. É que efetivamente o homem é para ele o burguês, e a sociedade humana é idêntica à sociedade burguesa.

5. O oportunismo na teoria e na prática

O livro de Bernstein teve para o movimento operário alemão e internacional uma grande importância histórica: foi a primeira tentativa de dar às correntes oportunistas da social-democracia uma base teórica.

Se considerarmos algumas manifestações esporádicas que aparecem à luz do dia – pensamos, por exemplo, na famosa questão da subvenção concedida às companhias marítimas⁵ – as tendências oportunistas no interior do nosso movimento vêm de longe. Mas somente em 1890 esboçou-se uma tendência declarada e única nessa via: depois da abolição da lei de exceção contra os socialistas, quando a social-democracia reconquistou o terreno da legalidade. O socialismo de Estado a Vollmar, a votação do orçamento na Baviera, o socialismo agrário na Alemanha do Sul, os projetos de Heine tendentes a instituir uma política mercantil, as opiniões de Schippel sobre a política alfandegária e sobre a milícia⁶: essas são as principais etapas que demarcam a via da prática oportunista.

O sinal distintivo do oportunismo era, na altura, a hostilidade à “teoria”. O que é natural, porque a nossa “teoria” – ou seja, os princípios do socialismo científico – limitam com firmeza a ação prática em relação aos objetivos visados, aos meios de luta e, por fim, ao modo da própria luta.

Também os que só procuram resultados práticos têm um pendor natural para reclamar liberdade de manobra, isto é, separar a prática da “teoria”, torná-las independentes.

⁵ Foi em 1884 e em 1885 que se discutiu no Parlamento a questão da subvenção que Bismark pretendia conceder às companhias marítimas, em particular àquelas que faziam carreiras para as primeiras (ou futuras) colônias alemãs. As opiniões da social-democracia sobre esse problema apresentaram-se bastante diversificadas. (NdoT)

⁶ Votação do orçamento na Baviera: A partir dos anos [18]90, foi introduzida no partido socialista da Baviera a tradição de votar o orçamento do Land. Isso era contrário às tradições do partido no seu conjunto: no Reichstag, os deputados socialistas recusavam o orçamento todos os anos em bloco.

Mas a cada tentativa de ação prática a teoria cai sobre suas cabeças: o socialismo de Estado, o socialismo agrário, a política de mercados, o problema da milícia são outras tantas derrotas para o oportunismo. É por demais evidente que, para afirmar a sua existência contra os nossos princípios, essa corrente, de forma muito lógica, acabaria por organizar uma teoria própria, princípios próprios. Melhor que ignorá-los, tentar desacreditá-los e construir uma teoria própria. A teoria de Bernstein foi uma tentativa desse gênero. E vimos que no Congresso de Stuttgart, todos os elementos oportunistas se agruparam à volta do pendão de Bernstein.

Se as diversas correntes do oportunismo prático são um fenômeno naturalíssimo, explicável pelas condições da nossa luta e pelo crescimento do nosso movimento, a teoria de Bernstein é, por outro lado, uma tentativa não menos natural para reunir essas correntes numa expressão teórica que lhe seja própria e entre em guerra com o socialismo científico. A doutrina de Bernstein serve de legitimação científica ao oportunismo e o submete à prova do fogo. Como o oportunismo suporta essa prova? Já o vimos: o oportunismo não está à altura de construir uma teoria positiva que resista, um mínimo que seja, à crítica. Só é capaz de atacar alguns princípios isolados da doutrina marxista; mas, como essa doutrina constitui um edifício implantado com solidez, acaba por atacar todo o sistema, do último andar aos alicerces. O que prova que o oportunismo prático é incompatível, pela sua natureza e fundamentos, com o sistema marxista.

Isso prova, do mesmo modo, que o oportunismo é incompatível com o socialismo em geral; a sua tendência intrínseca é orientar o movimento operário para a via burguesa ou, dito de outra maneira: paralisar por completo a luta de classes proletária. Sem dúvida que, se os considerarmos numa perspectiva histórica, a luta de classes proletária e o sistema marxista não são idênticos. Antes de Marx e independente dele, houve um movimento operário e diversos sistemas socialistas; cada um a seu modo e segundo as condições da época, traduziram no plano teórico as aspirações de emancipação da classe operária. Todas as componentes da doutrina de Bernstein se encontram em sistemas anteriores ao marxismo: um socialismo fundamentado em noções morais de justiça, a luta dirigida mais contra o modo de repartição da riqueza do que contra o modo de produção, uma concepção de antagonismos de classe reduzidos ao antagonismo entre ricos e pobres; a vontade de enxertar na economia marxista o sistema do “cooperativismo”. Ora, em seu tempo, eram teorias autênticas da luta de classes proletária, foram o alfabeto histórico no qual o proletariado aprendeu a ler.

Mas depois da evolução da luta de classes e das suas condições sociais, uma vez abandonadas essas teorias e formulados os princípios do socialismo científico – não pode existir, pelo menos na Alemanha, outro socialismo que não seja o socialismo marxista nem outra luta de classes socialista que não seja a da social-democracia. Retornar às teorias socialistas anteriores a Marx não é apenas voltar ao bê-a-bá, ao primeiro grande alfabeto do proletariado, é balbuciar o catecismo anacrônico da burguesia.

A teoria de Bernstein foi a primeira e a última tentativa de fornecer ao oportunismo uma base teórica. Dizemos “última” porque, com a doutrina de Bernstein, o oportunismo foi tão longe – de forma negativa na abjuração do socialismo científico e positiva na confusão teórica, amálgama incoerente de todos os elementos disponíveis nos outros sistemas – que nada fica para lhe acrescentar. O livro de Bernstein marca o fim da evolução teórica do oportunismo, extraíndo dele as últimas consequências.

A doutrina marxista não se limita a ser capaz de a refutar na teoria, é a única capaz de explicar esse fenômeno histórico que é o oportunismo no interior da evolução do partido. A progressão histórica do proletariado até à vitória não é efetivamente uma coisa muito simples. A originalidade desse movimento reside no seguinte: pela primeira vez na história, as massas populares decidem realizar por si mesmas a sua vontade opondo-se a todas as classes dominantes; pela primeira vez, a realização dessa vontade é situada para além da sociedade atual, numa ultrapassagem dessa sociedade. A educação dessa vontade só pode realizar-se numa luta permanente contra a ordem estabelecida e no interior dessa ordem. Reunir a grande massa popular polarizada por objetivos situados para lá da ordem estabelecida, aliar a luta cotidiana com o projeto grandioso de uma reforma do mundo, é o problema que se põe ao movimento socialista e que deve nortear a sua evolução e progressão, é o cuidado em evitar dois escolhos: não deve sacrificar nem o caráter do movimento de massa, nem o objetivo final; deve evitar, ao mesmo tempo, fechar-se numa seita e transformar-se num movimento reformista burguês; tem de defender-se, ao mesmo tempo, do anarquismo e do oportunismo.

O arsenal teórico do marxismo, há meio século, oferece-nos, sem dúvida, as armas capazes de evitar um e outro desses perigos opostos. Mas o nosso movimento é um movimento de massa, e os perigos que o ameaçam não são uma invenção de cérebros individuais, mas produto de condições sociais; também a doutrina marxista não podia, antecipadamente, uma vez por todas, pôr-nos ao abrigo de desvios anarquistas e oportunistas: somente quando os desvios se traduzem na prática é que podem ser ultrapassados pelo próprio movimento – mas exclusivamente com o auxílio das armas fornecidas por Marx.

A social-democracia já ultrapassou o menor desses perigos, a doença infantil anarquista, com o “movimento dos independentes”⁷. Agora está ultrapassando o segundo e mais grave desses males: a hidropisia oportunista.

Se se considerar a enorme expansão do movimento no decurso dos últimos anos e o caráter complexo das condições em que se deve travar a luta, assim como os objetivos que deve ter, é inevitável que, num determinado momento, manifeste-se certa flutuação: ceticismo quanto à possibilidade de atingir os grandes objetivos finais, hesitações quanto ao elemento teórico do movimento. O movimento operário não pode nem deve progredir de outra forma; os instantes de hesitação, de descrença, estão muito longe de surpreender os marxistas, pelo contrário, foram previstos e preditos há muito por Marx:

“As revoluções burguesas”, escrevia Marx há meio século no seu *Dezoito Brumário*, “como as do século XVIII, precipitam-se rapidamente de acontecimento em acontecimento, os seus efeitos dramáticos ultrapassam-se rapidamente, homens e coisas parecem engastados no brilho dos diamantes, o entusiasmo estático é a mentalidade cotidiana, mas têm uma vida curta. Atingem rapidamente o seu apogeu e um longo marasmo apodera-se da sociedade antes que ela aprenda a apropriar-se de forma tranquila dos resultados do período tempestuoso. Ao contrário, as revoluções proletárias, como a do século XIX, autocriticam-se de forma permanente, interrompem a cada momento o seu curso, voltam ao que já parecia estar feito para o recomeçar de novo, zombam de forma impiedosa das suas insuficiências, das fraquezas e misérias das suas primeiras tentativas, parecem não abater o seu adversário que, tirando da

⁷ O Movimento dos Independentes foi iniciado pelo grupo dos Junge, de tendências anarquistas, no interior do SPD. (NdoT)

terra novas forças, endireita-se novamente, mais gigantesco, têm um medo constantemente renovado frente à imensidade infinita do seu próprio objetivo, até que seja atingida a situação que torna impossível qualquer recuo e que as próprias circunstâncias lhe gritem:

Hic Rhodus, hic salta!

*Hier ist, dier Rose, hier tanze!*⁸

Tudo isso continua a ser verdade, mesmo depois de ter sido edificado o socialismo científico. O movimento proletário, mesmo na Alemanha, não se fez de repente socialista, faz-se um pouco em cada dia, faz-se corrigindo os desviacionismos opostos: o anarquismo e o oportunismo; um ou outro erro são fases do movimento considerado como um processo contínuo.

Nessa perspectiva não é a aparição de uma corrente oportunista que deve surpreender, é sobretudo a sua fragilidade. Tanto quanto se manifestou em ocasiões isoladas, a propósito da ação prática do partido, poder-se-ia imaginar que se apoiava numa base teórica séria.

Hoje, lendo os livros de Bernstein, a expressão teórica máxima dessa tendência, grita-se com estupefacção: como? É tudo o que têm para dizer? Nem sombra de pensamento original! Nem uma ideia que o marxismo já não tivesse, há dezenas de anos, refutado, esmagado, ridicularizado, reduzido a pó! Bastou que o oportunismo começasse a falar para demonstrar que nada tinha a dizer. É isso que dá, para a história do partido, tanta importância ao livro de Bernstein.

Bernstein abandonou as categorias do pensamento do proletariado revolucionário, a dialética e a concepção materialista da história; ora é a elas que deve as circunstâncias atenuantes da sua mudança. Porque só a dialética e a concepção materialista da história podem mostrá-lo, com grande magnanimidade, tal como o foi inconscientemente: o instrumento predestinado que, revelando à classe operária um desfalecimento passageiro do seu ardor, a forçou a rejeitá-lo com um gesto de desprezo escarnekedor.

Tínhamos dito: o movimento torna-se socialista corrigindo os desvios anarquistas e oportunistas que são uma consequência inevitável do seu crescimento. Mas ultrapassá-los não significa fazer tudo com toda aquela tranquilidade que agradaria a Deus. Ultrapassar a corrente oportunista atual significa rejeitá-la.

Bernstein termina o seu livro com um conselho ao partido: que ouse parecer o que é, ou seja, um partido reformista, socialista e democrata. O partido, ou seja, o seu órgão supremo, o Congresso, deveria, em nossa opinião, seguir esse conselho propondo a Bernstein parecer o que é: um progressista democrata pequeno-burguês.

(A primeira edição terminava com estes dois parágrafos que Rosa Luxemburgo suprimiu por lhe parecer terem perdido oportunidade.)

⁸ “Aqui está Rodes, salte aqui! Aqui está rosa, dance aqui!” (traduzido do alemão). Em: MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Napoleão Bonaparte*.